

O CANDIDATO E A CIDADE: AS ESPECIFICIDADES DE UM PREDICADO GENTÍLICO NA CONSTITUIÇÃO DO *ETHOS* DISCURSIVO

THE CANDIDATE AND THE CITY: THE SPECIFICITIES OF A GENTILIC PREDICATE IN THE CONSTITUTION OF DISCURSIVE ETHOS

Lucas Martins Gama Khalil¹

Universidade Federal de Rondônia

Fátima Cristina da Costa Pessoa²

Universidade Federal do Pará

Resumo: No presente artigo, propomos contribuir para a reflexão teórica em torno da noção de *ethos* discursivo; mais especificamente, partimos do estabelecimento de três dimensões do *ethos* – categorial, experiencial e ideológica –, em conformidade com a teorização de Dominique Maingueneau (2018; 2020), e adicionamos um possível desdobramento à discussão sobre a constituição da imagem de enunciador: uma subdimensão gentílica, abarcada pela dimensão categorial. Além de argumentarmos em favor da pertinência dessa proposição a partir de uma revisão teórica, apresentamos uma análise acerca de elementos presentes na produção do *ethos* de candidatos à prefeitura da cidade de Porto Velho – RO no ano de 2016, considerando, sobretudo, a participação desses políticos em debates televisionados.

Palavras-chave: *ethos*; discurso; eleições; gentílico.

Abstract: This article aims to contribute to the theoretical reflection on the notion of discursive ethos. More specifically, we begin by establishing three dimensions of ethos—categorical, experiential, and ideological—in accordance with the theorization proposed by Dominique Maingueneau (2018; 2020), and we add a possible development to the discussion on the constitution of the enunciator's image: a *gentilic* subdimension, encompassed by the categorical dimension. In addition to arguing for the relevance of this proposition through a theoretical review, we present an analysis of elements involved in the construction of the ethos of mayoral candidates in the city of Porto Velho, RO, during the 2016 elections, with a particular focus on their participation in televised debates.

¹ Docente do Departamento Acadêmico de Letras Vernáculas da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e atua no Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Letras (PPGML/UNIR) dessa instituição. É mestre e doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e, em 2022, cursou pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará (UFPA), sob a supervisão da Prof^a. Dr^a. Fátima Cristina da Costa Pessoa. Atualmente, é um dos líderes do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos em Análise do Discurso e Ethos (NEADE). E-mail: lucas.khalil@unir.br.

² Docente da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Pará (UFPA) e atua no Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL/UFPA) dessa instituição. É mestre em Letras pela Universidade Federal do Pará e Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais. Integra o grupo de pesquisa CNPq Atelier: linguagem e trabalho, o Bureau da Sociedade Internacional de Ergologia (SIE) e a Comissão de Políticas Públicas da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN). E-mail: fpessoa@ufpa.br.

Keywords: ethos; discourse; elections; gentilic.

Texto de autor convidado.

Introdução

Este artigo tem como *corpus* dois debates realizados no contexto de eleições para a prefeitura do município de Porto Velho, capital de Rondônia, em 2016: um referente ao primeiro turno³ e outro referente ao segundo turno do mesmo pleito⁴. Devido às limitações espaciais deste texto, trata-se de um recorte de uma pesquisa⁵ que analisou um *corpus* mais amplo; com esse recorte, busca-se ilustrar a pertinência do que propomos como uma subdimensão gentilica do *ethos* discursivo, desdobramento da dimensão categorial, esta já definida por Dominique Maingueneau (2018; 2020) em estudos mais recentes relativos ao *ethos*, e aqui problematizada, conforme se discutirá ao longo do artigo, devido à sua heterogeneidade e alargada abrangência.

A produção de dada imagem para o enunciador tem sido estudada na Análise do Discurso não como fruto de um cálculo do indivíduo que enuncia, mas como um processo em que os sentidos são constituídos sempre na relação com os posicionamentos dos sujeitos, e isso independe da condição de o discurso em análise ser concebido ou não como argumentativo. Assumindo a apresentação de si como algo inerente a toda e qualquer prática discursiva, devemos admitir que, em um objeto como o discurso político-eleitoral, ela ganha contornos mais manifestos, por assim dizer: o enunciador, na posição de candidato, é frequentemente instado a se mostrar, a dizer sobre si, tanto na cena genérica (Maingueneau, 2020) dos debates pré-eleitorais, quanto em outros materiais de campanha (santinhos, páginas em redes sociais, *outdoors* etc.).

³ Transmitido pela Rede Amazônica em 29 de setembro de 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ostQhYSaU6Y&ab_channel=RondoniaovivoWebJornal. Acesso em 16 ago. 2022

⁴ Transmitido pela SIC TV em 23 de outubro de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=N9HuC2bnBcU>; <https://www.youtube.com/watch?v=V2yvueBydUg>; <https://www.youtube.com/watch?v=sykhJxWbqow>; <https://www.youtube.com/watch?v=P63Q5dzhlA>. Acesso em: 06 set. 2022.

⁵ Pesquisa de pós-doutorado intitulada “Uma dimensão ‘gentilica’ para o *ethos*: o ser ou não ser rondoniense/nortista e a imagem do enunciador no discurso político-eleitoral”, realizada por Lucas Martins Gama Khalil sob a supervisão da Profª. Drª. Fátima Cristina da Costa Pessoa, do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará (PPGL/UFPa), no âmbito do projeto “Diásporas Amazônicas: língua, cultura e educação sob o signo da diversidade”, financiado pela CAPES por meio do Edital PROCAD nº 21/2018.

Nesse processo de constituição de sua imagem, um candidato a cargos como os de prefeito e governador, acaba precisando lidar, em alguma medida, com a relação de pertencimento – que não necessariamente reside em um vínculo de nascimento – ao local que pretende gerir. Em localidades nas quais fortes impulsos de aumento populacional são oriundos de fluxos migratórios relativamente recentes – como é o caso da cidade de Porto Velho, do estado de Rondônia e de grande da Amazônia Sul-Occidental brasileira –, essa tensão entre o pertencer ou não ao local parece reverberar mais ainda. O município de Porto Velho, por exemplo, de acordo com a Revisão do Plano Diretor Participativo do Município (2018), teve sua população mais que dobrada entre as décadas de 1980 e 1990, muito devido à política migratória empreendida pelo governo federal ao longo da ditadura militar. Nessa configuração demográfica, é esperado que grande parte dos candidatos à prefeitura, ainda hoje, seja composta por indivíduos não nascidos na cidade (e no estado), e isso efetivamente ocorre: no período analisado pela pesquisa que gerou este artigo, 2016 a 2020, verificou-se que os candidatos nascidos em Porto Velho representavam, em todos os casos, a minoria.

De acordo com Maingueneau (2015, p. 17), o *ethos* “[...] não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, integrada ela mesma numa determinada conjuntura sócio-histórica”. Assim, analisar o *ethos* não é identificar uma imagem de enunciador de alcance universal, devendo o analista considerar como determinado modo de enunciação articula-se à tensão entre os posicionamentos que se delimitam mutuamente em uma conjuntura específica. Tendo em vista essa noção de *ethos* sempre sócio-historicamente situada, a constituição da imagem de enunciador ancora-se em representações avaliadas, “[...] pois falar é uma atividade erguida sobre valores supostamente partilhados” (Maingueneau, 2020, p. 9).

No que concerne a aspectos metodológicos do estudo do *ethos*, uma última questão torna-se fundamental a esta introdução: como o analista de discurso pode designar os *ethé* que descreve em suas pesquisas? “*Ethos* amigável”, “*ethos* neoliberal”, “*ethos* de pregador”, por exemplo, são tipos de expressões que se pode encontrar em estudos relativos ao quadro teórico; porém, é logo perceptível que elas não resultam de uma mesma forma de categorização. É a partir dessa problemática que, em estudos mais recentes, Maingueneau (2018; 2020) propõe três dimensões ao *ethos*: 1) categorial, que abrange papéis discursivos (*ethos* de pregador, debatedor etc.) e estatutos “extradiscursivos” (*ethos* de professor, mãe, médico, italiano etc.); 2) experiencial, relativa a caracterizações sociopsicológicas

estereotípicas (*ethos* ansioso, agressivo, dócil etc.); 3) e ideológica, que compreende designações associadas a posicionamentos em dado campo discursivo (*ethos* conservador, progressista, católico, existencialista etc.). Diante dessa proposição, argumentamos que é válido problematizar a amplitude do que o teórico define como dimensão categorial. Dito de outra maneira, em que medida se daria a proximidade entre os *ethé* “de italiano” e “de mãe”, por exemplo, ambos na condição de “estatutos extradiscursivos”? Com relação ao *corpus* deste artigo, uma subdimensão gentílica, desdobramento da dimensão categorial, pode ser pertinente para que sejam compreendidas as especificidades do objeto, visto que a relação com a localidade é posta em cena recorrentemente pelos políticos a fim de validar suas candidaturas.

***Ethos* discursivo e suas dimensões**

A fim de que a abordagem da noção de *ethos*, parafraseando Maingueneau (2015), passe de intuições sobre a imagem de enunciador para um procedimento de análise que a torne operacional, é necessário definir o quadro teórico em que o estudo se inscreve. Pode-se dizer que a afirmação que acabamos de fazer convém a todo conceito; no entanto, decidimos enfatizá-la justamente porque a noção de *ethos* – ou a emergência e exploração desse termo – está longe de ser exclusividade dos estudos em Análise do Discurso, o que amplificaria a necessidade postulada. Mesmo nas décadas finais do século XX, quando a noção de *ethos* aparece nos estudos discursivos, pode-se constatar uma heterogeneidade teórica acerca dela; por exemplo, temos referências a *ethos* na Semântica, na Análise da Conversação, na Sociologia etc. Se, indo ainda mais longe, voltamos a séculos anteriores, temos a noção de *ethos* funcionando nas reflexões sobre a argumentação desde a Retórica, na Grécia Antiga, passando pelos diversos manuais de oratória.

As primeiras reflexões de Maingueneau sobre *ethos* aparecem, sem que o autor explicita o termo, na obra *Gênese dos Discursos*, de 1984. Trata-se de um livro no qual Maingueneau apresenta sete hipóteses de cunho teórico-metodológico que nortearam sua pesquisa de doutorado, em que o objeto de análise era a polêmica interdiscursiva entre duas formações discursivas do campo devoto francês do século XVII. Propondo uma “semântica global”, o teórico postula que, sendo a formação discursiva um sistema de restrições semânticas que define a identidade de um posicionamento, são variadas as dimensões da discursividade em que se poderia observar esse sistema em funcionamento.

Dentre os planos apresentados, há dois que permitem um diálogo mais próximo com o que viria a ser teorizado como *ethos* discursivo: o estatuto do enunciador e do destinatário, bem como o modo de enunciação. Quanto ao primeiro, Maingueneau (2008, p. 87) afirma que “[...] cada discurso define o estatuto que o enunciador deve se atribuir e o que deve atribuir a seu destinatário para legitimar seu dizer”. Poder-se-ia aventar, de início, que tais estatutos refiram-se a posições empíricas ocupadas pelos indivíduos; porém, o que se sublinha na análise de um posicionamento é justamente o modo como esses estatutos vão se constituindo e legitimando na enunciação, e é nesse ponto que se estabelecem os primeiros contatos com a noção de *ethos*, visto que ela não se reduz àquilo que se “sabe” do enunciador antes da tomada da palavra. No plano “modo de enunciação”, as relações com a teorização sobre o *ethos* ficam ainda mais salientes, pois o teórico começa a empregar termos que, posteriormente, aparecem em seus textos sobre *ethos*, como caráter, corporalidade e incorporação. Maingueneau inicia sua exposição sobre esse plano argumentando que uma formação discursiva também pode ser identificada a partir de uma maneira de dizer específica. Esse “tom” característico de um posicionamento “se apoia sobre uma dupla figura do enunciador, a de um *caráter* e a de uma *corporalidade*, estreitamente associados” (Maingueneau, 2008, p. 92).

Três anos após *Gênese dos Discursos*, na obra *Novas Tendências em Análise do Discurso* ([1987] 1997), Maingueneau empreende, agora explicitamente, uma teorização sobre o *ethos* e o que ele viria a especificar como “*ethos* discursivo”. O modificador desse sintagma não indica meramente que a imagem de enunciador é produzida nos discursos, mas, em especial, que se perscruta o conceito a partir de uma perspectiva vinculada aos estudos da Análise do Discurso. Sustentando que “[...] o discurso é inseparável daquilo que poderíamos designar muito grosseiramente de uma ‘voz’” (Maingueneau, 1997, p. 45), o teórico propõe certo distanciamento em relação ao *ethos* retórico, pautando-se em um duplo deslocamento. O primeiro aspecto desse deslocamento deve-se à noção de sujeito assumida na Análise do Discurso, que rejeita a ideia de um indivíduo regido pela absoluta consciência de si e dos sentidos que produz. Na mesma esteira, a abordagem discursiva do *ethos*

[...] precisa afastar qualquer preocupação ‘psicologizante’ e ‘voluntarista’, de acordo com a qual o enunciador, à semelhança do autor, desempenharia o papel de sua escolha em função dos efeitos que pretende produzir sobre seu auditório. Na realidade, do ponto de vista da AD, esses efeitos são impostos, não pelo sujeito, mas pela formação discursiva. Dito de outra forma, eles se impõem àquele que, no seu interior, ocupa um lugar de enunciação, fazendo parte integrante da formação discursiva, ao mesmo título que as outras dimensões da discursividade (Maingueneau, 1997, p. 45-46).

O segundo aspecto do deslocamento em relação ao *ethos* retórico já se encontrava na obra *Gênese dos Discursos* e é retomado em *Novas Tendências*: a noção de *ethos* discursivo ultrapassa a oposição entre o oral e o escrito.

Muitas das referências às quais o teórico francês recorre nesse movimento de se contrapor ao conceito já estabelecido são provenientes da *Retórica*, de Aristóteles. Para Maingueneau, o *ethos* não consiste em uma técnica a ser aprendida/dominada, característica crucial dos postulados aristotélicos, como se pode notar nos excertos a seguir, com grifos nossos: “O pretenso orador *deverá* conhecer o número e a extensão das fontes de recurso do país [...] o orador *deverá* conhecer o poderio militar de seu país” (Aristóteles, 2007, p. 33); “[...] ele *deverá*, para sua própria segurança, entender de legislação” (*ibidem*, p. 34). Embora a perspectiva da Análise do Discurso, afastando-se da técnica, não se proponha a postular critérios como esses, é pertinente destacar como se vincula, na obra aristotélica, a eficácia do orador político ao suposto conhecimento da sua nação, questão que se relaciona à temática deste artigo, visto que, nos debates a serem analisados, o candidato “forasteiro” é frequentemente acusado de pouco conhecer o local no qual concorre a um cargo político. Em outro trecho da *Retórica*, no entanto, Aristóteles (2007, p. 33) põe em cena o “conhecer outras terras”. Para que o orador delibere sobre questões atinentes a seu país, “[...] ele deverá estar sutilmente interessado nos métodos empregados em outras terras, pois não podemos ter uma visão ampla desse assunto se tomarmos por base somente a experiência doméstica”. Trata-se de uma demanda que vai ao encontro de alguns argumentos que encontramos nos debates que constituem o nosso *corpus*: a experiência em/de outros lugares é algo que corroboraria um saber-fazer; se deu certo lá, tem tudo para dar certo aqui. Ainda que se trate de uma visada diferente da que assumimos nesta pesquisa, a *Retórica* levanta, pois, certas questões que dizem respeito à relação entre o orador e sua terra.

Neste ponto, é importante expor os dois empregos de “*ethos*” que, conforme Maingueneau (2015), são identificáveis na *Retórica*: o *ethos* como prova argumentativa, constituída estritamente na própria tomada da palavra; e o *ethos* como conjunto de disposições mais estáveis (pontos de vista da idade, da fortuna etc.). Tal duplicidade faz emergir a tensão entre o constituído na e pela enunciação e o que, grosso modo, derivaria de informações prévias do enunciador. É ao segundo tipo de emprego de “*ethos*” na *Retórica* que se associam as afirmações de Aristóteles sobre o bem-nascer. Na relação do orador político com o auditório, a felicidade deveria aparecer como um fim, um alvo a se almejar, e uma das partes que constitui esse estado seria justamente o bem-nascer, juntamente com

“[...] a abundância de amigos, bons amigos, riqueza, bons filhos, abundância de filhos, uma velhice feliz” (Aristóteles, 2007, p. 35). Mais à frente, o filósofo define que: “O bem-nascer em uma raça ou nação significa que seus membros são naturais ou antigos, que no início seus líderes foram homens distintos e que deram origem a muitos que se distinguiram pelas qualidades que admiramos” (Aristóteles, 2007, p. 35). A questão do bem-nascer, como se observa, escapa ao constituído como prova interna do discurso; enquanto disposição mais estável, restringe a enunciação na medida em que o candidato a um cargo político dificilmente dará declarações inverídicas sobre o local onde nasceu, sob o risco da destruição praticamente irrecuperável de sua imagem caso a informação seja desmentida. Ademais, outras formas de pertencimento, que não a de nascimento, são colocadas em cena em debates e em peças de campanha. Como se nota na última citação, o bem-nascer não é explicitado como o nascer em uma região x ou y, mas, por outro lado, associa-se ao ser “natural ou antigo”, a um vínculo que é evocado, também, quando um candidato afirma ter chegado a dado local há muito tempo, eventualmente, antes de alguns de seus adversários terem nascido.

Fazendo-se a ressalva de que as proposições de Aristóteles sobre o bem-nascer referem-se a uma outra organização social, em que, por exemplo, a descendência é assumida – de forma mais escancarada, por assim dizer – como atributo a ser valorizado, é importante destacar que o berço, desde a Antiguidade Clássica até os dias de hoje, mantém-se como pauta importante na constituição da imagem de enunciador. E esse berço, no *corpus* da nossa pesquisa, pode remeter, inclusive, às margens do Rio Madeira, ultrapassando a simples equivalência entre descendência e nobreza.

De nossa perspectiva, é possível supor que a referência ao nascimento no debate político está, ao mesmo tempo, vinculada a uma disposição relativamente mais estável e a uma enunciação que legitima progressivamente essa condição que o candidato reivindica. Não parece ser produtiva uma absoluta cisão entre o que se apresenta como informação factual e o funcionamento propriamente dito do *ethos*. Trata-se, antes, de um movimento bidirecional, em que aquilo que emerge como dado vai sendo validado pelo modo de enunciação, e em que esse próprio modo de enunciação fortalece-se ou enfraquece-se por provas aparentemente externas e independentes da tomada da palavra.

Na obra *Discurso Político*, Patrick Charaudeau (2018), ao discorrer sobre o *ethos*, discute o “falar regional”, no tópico “Alguns procedimentos linguísticos”. Enquanto

procedimento, o falar regional é posto ao lado do “bem falar”, do “falar forte” e do “falar tranquilo”:

O falar regional pode ser igualmente citado como procedimento expressivo, apesar de não poder ser fabricado voluntariamente (exceto pelos humoristas). É, provavelmente, por essa razão, portador de uma marca de autenticidade. Ao mesmo tempo em que revela o torrão natal ao qual pertence o orador, estabelece uma relação de proximidade com aqueles que participam dessa mesma origem (Charaudeau, 2018, p. 173).

O estabelecimento de uma relação de proximidade – no caso do discurso político, com os eleitores/cidadãos – é um fator que pode ter como efeito a valorização do enunciador e, em tal seara, o sotaque não pode ser desconsiderado, desde que reconhecido como autêntico. A propósito, é acerca da autenticidade referida por Charaudeau que tecemos os próximos comentários. Tratar-se-ia de uma marca de autenticidade, conforme o autor, devido ao suposto fato de o sotaque não poder ser “fabricado voluntariamente” pelos políticos. De um ponto de vista estritamente linguístico, a relação do falante com suas marcas dialetais não é, com efeito, constituída pelo domínio de uma técnica; os falantes adquirem sotaques por estarem imersos em uma comunidade linguística determinada. Por outro lado, quando tratamos do discurso político-eleitoral, não são desprezíveis características que transparecem certo agenciamento enunciativo, que não equivale, certamente, a um estado de controle absoluto do sujeito sobre seu discurso.

No decorrer da última década, Maingueneau faz um retorno crítico às suas reflexões sobre o *ethos*, propondo uma forma de reorganização dos variados predicados que podem ser atribuídos, nas análises, aos enunciadores. É possível se referir a um “*ethos* professoral”, a um “*ethos* agressivo” ou a um “*ethos* conservador”, por exemplo, mas esses três predicados não se inscrevem em uma mesma classe; suas naturezas parecem ser diversas (“professoral” remeteria a um lugar social, a uma profissão; “agressivo” remeteria mais diretamente a uma característica de comportamento; ao passo que “conservador” remeteria a um posicionamento no campo político). Desse problema decorre a pertinência de se postular três diferentes dimensões ao *ethos* – categorial, experiencial e ideológica –, como faz o autor. De nossa parte, ao mesmo tempo em que consideramos plausível o movimento que o teórico realiza, questionamos a amplitude daquilo que ele denomina como “dimensão categorial”.

Explicitemos alguns dos predicados que, para Maingueneau (2020), estariam relacionados à dimensão categorial do *ethos*, sendo os três primeiros “papéis discursivos” e os outros sete “estatutos extradiscursivos”: “animador”, “narrador”, “pregador”, “pai de

família”, “funcionário”, “médico”, “camponês”, “americano”, “solteiro”, “estudante” etc. Como se nota, a listagem proposta pelo autor admite tanto *ethé* associados a profissões, quanto a estados civis, denominações gentílicas e outros estatutos sociais diversos. No que tange à sua delimitação em relação às outras duas dimensões – experiencial e ideológica –, a dimensão categorial parece ser plenamente justificável enquanto uma unidade que reuniria um conjunto relativamente extenso de predicados possíveis (“*ethos* de pai de família” e “*ethos* de camponês” são mais próximos entre si do que na confrontação de um deles a “*ethos* dinâmico”, por exemplo). Não é a contraposição às outras dimensões que problematizamos, e sim o grau de semelhança ou distanciamento entre os predicados que comporiam a ampla dimensão categorial. Os predicados gentílicos, que esta pesquisa focaliza, funcionariam de maneira exatamente análoga aos predicados de profissão, ou aos predicados associados a papéis discursivos? Se a suposta confluência interna da dimensão categorial deixa certas lacunas em relação à heterogeneidade dos predicados por ela abarcados, é nesse espaço que pretendemos atuar. Uma subdimensão gentílica do *ethos*, nessa perspectiva, não se constituiria como uma quarta dimensão, ao lado das outras três já postuladas por Maingueneau, mas como um desdobramento possível da própria dimensão categorial, que, pela especificidade de seu funcionamento, mereceria uma discussão mais pormenorizada em relação a seus limites internos.

A fim de sustentarmos a pertinência de nossa hipótese, podemos realizar uma comparação entre o funcionamento de um predicado associado a determinada profissão, “*ethos* de professor”, e um predicado gentílico, “*ethos* porto-velhense”, sobretudo, no que diz respeito às diferentes relações que essas imagens de enunciador estabeleceriam com aquilo que a própria enunciação põe em cena como informações prévias. Quando uma análise se refere a um *ethos* de professor, eventualmente, ao discorrer sobre a imagem de determinado enunciador, não necessariamente se coloca a questão de se tratar ou não de um indivíduo que exerça como profissão a docência. Supõe-se que um político, por exemplo, possa “falar como um professor”, assim como possa “falar como um cientista”, “como um administrador” etc. Nesse hipotético tom professoral, o vínculo com a profissão funcionaria como ponto de ancoragem de atributos que estariam no âmbito de outra dimensão do *ethos*, a experiencial. Dito de outra forma, o “falar como professor” atestado em uma análise implica a identificação de um modo de enunciação que se caracteriza como “didático”, “ponderado”, “sábio”.

Quando, por outro lado, entramos na seara dos predicados gentílicos, como o “*ethos* (de) porto-velhense”, pode-se supor que o funcionamento, especialmente, no que concerne à relação com as informações prévias, é divergente. Faz-se a ressalva de que essa diferenciação não desconsidera a interação dos predicados gentílicos com a dimensão experiencial, assim como ocorre com outros predicados da dimensão categorial. Mota e Ginach (2017), ao analisar memes cômicos acerca dos rondonienses, embora não mobilizem o conceito de *ethos*, dão pistas sobre a relação constitutiva entre a dimensão categorial (ou, especificamente, gentílica) e a dimensão experiencial, visto que o rondoniense é associado, nos memes, à coragem e à macheza. No entanto, para além da identificação de características de comportamento, parece vir à tona, de maneira mais frequente, a questão do registro civil. Dito de outra forma, “falar como porto-velhense”, em algumas situações – como nos debates eleitorais –, não funcionaria como condição suficiente, por assim dizer, para a autenticidade de um *ethos* em que a subdimensão gentílica torna-se saliente. Diferentemente do *ethos* de professor, de pregador, o *ethos* de porto-velhense, de rondoniense, de brasileiro etc. está sujeito, muitas vezes, à comprovação por meio do que se concebe como informações factuais. É tal funcionamento que, no âmbito eleitoral, resultaria em acusações como “você não é sequer rondoniense para representar o nosso povo”.

Justamente pelo fato de o *ethos* calcado no predicado gentílico pressupor, com frequência, uma prova externa à tomada da palavra, outra hipótese que podemos aventar é uma significativa recorrência do *ethos* dito. Afirmar “eu sou porto-velhense nato”, por exemplo, é colocar em cena uma autenticidade aparentemente indiscutível, visto que apoiada no registro civil, um dado que o enunciador pode reivindicar para si sem que soe arrogante ou imodesto. Em comparação com os predicados da dimensão experiencial, não teríamos um funcionamento semelhante. O político que, eventualmente, diz “sou sincero” ou “sou simples” está constantemente sujeito ao ônus de provar pelo *ethos* mostrado o que se diz explicitamente sobre si. Os predicados da dimensão experiencial evocados por um *ethos* dito acabam emergindo na enunciação como autoavaliações, e não como recorrência a informações factuais; é possível supor, dessa forma, que o risco de se soar presunçoso é maior do que quando o dizer sobre si recai sobre a subdimensão gentílica.

Após argumentarmos em direção à identificação de possíveis especificidades da subdimensão gentílica (primeiramente, na comparação com outros predicados ligados à dimensão categorial e, depois, ponderando acerca do funcionamento do dito e do mostrado

na constituição de uma imagem calcada na identidade regional/local), resta-nos apontar hipóteses acerca de outras regularidades que seriam sobressalentes nos predicados gentílicos: a) a proeminência da topografia na constituição da cena enunciativa, de maneira análoga ao que discute Mendes (2007) em sua dissertação; b) a instauração de uma dêixis espacial que coloca em oposição um “dentro” e um “fora”; c) no âmbito do discurso político-eleitoral, a presença de índices de alocação (Amossy, 2018) que engendram o funcionamento de um “nós” inclusivo se referindo aos que se identificam a dada localidade; d) também especificamente em um objeto como o desta pesquisa, o não nascimento em uma cidade ou estado frequentemente assumido sob a perspectiva de compensação, por assim dizer (“Sou do Paraná, *mas* cheguei em Rondônia há...”), aspecto que decorre da peculiar relação dos predicados gentílicos com as ditas informações prévias.

Debates na eleição para a prefeitura de Porto Velho em 2016: o predicado gentílico na incorporação de um *ethos* discursivo

Em 2016, Porto Velho tinha como prefeito Mauro Nazif (PSB), que disputaria a reeleição. Os candidatos que chegaram ao segundo turno foram Dr. Hildon (PSDB) e Léo Moraes (PTB), sendo o primeiro eleito com 65,15% dos votos válidos. Em âmbito nacional, vale lembrar que foi o ano em que a presidenta Dilma Rousseff, do PT, teve seu mandato cassado após supostamente ter cometido “crime de responsabilidade”. Nesse contexto, muitos momentos dos debates acabaram girando em torno da reverberação do chamado antipetismo, sobretudo, contra o candidato Roberto Sobrinho (PT), que fora prefeito da capital entre 2005 e 2012. Mesmo assim, o debate de primeiro turno, organizado pela Rede Amazônica (afiliada da Rede Globo), contém elementos pertinentes a uma subdimensão gentílica do *ethos*. É, entretanto, no debate de segundo turno, organizado pela SIC TV (afiliada da Record TV), que a questão dos predicados gentílicos torna-se saliente de modo mais frequente; muito disso se deve ao fato de o candidato Léo Moraes reivindicar para si o estatuto de porto-velhense, atribuindo a seu adversário, Dr. Hildon, a alcunha de “aventureiro”.

Participaram do debate de primeiro turno seis candidatos a prefeito, sendo apenas um deles nascido na cidade de Porto Velho. Com essa informação, não estamos sugerindo que somente o *ethos* do político porto-velhense nato seja constituído pelo que temos

denominado subdimensão gentílica; pelo contrário, candidatos não nascidos na cidade estabelecem, em suas falas, outros tipos de relação com o local: desde um vínculo construído ao longo da vivência até uma espécie de distanciamento que, diferente do que se poderia supor, legitima-se positivamente na medida em que concede lugar a uma relação mais técnica, profissional, configurada a partir da figura do gestor, do administrador.

Nascido em Recife – PE em 1968, Dr. Hildon estabeleceu-se em Rondônia no começo da década de 1990⁶. Apesar de morar no estado há três décadas, a constituição de seu *ethos* discursivo não tem como mote principal uma identificação afetiva com a cidade de Porto Velho; funciona, em primeiro plano, a legitimação da figura do empreendedor/gestor. Considerando que se trata de um empresário bem-sucedido da região (dono, por exemplo, de instituições educacionais), seu *ethos* pré-discursivo contribui para validar essa imagem de gestor, que, por sua vez, é corroborada ao longo da enunciação. Um dos elementos que logo nos chamou a atenção nas falas do candidato é a instauração de uma cena enunciativa em que se distinguem, marcadamente, o eu (candidato) e a terceira pessoa (população a ser atendida). É o que acontece em trechos como: “[...] a minha candidatura é fruto da indignação da população de Porto Velho”; “[...] esta minha candidatura é fruto da sua indignação para que se dote a prefeitura de Porto Velho de uma administração eficiente”; “[...] a população de Porto Velho está exigindo [...]”. Não é a mera presença das pessoas verbais que atua na configuração do *ethos*, e sim o funcionamento no qual o candidato coloca-se como instância externa a administrar os problemas que são de um outro (a população): é a *minha* candidatura atendendo à *sua* indignação. Quando refere-se à “população de Porto Velho”, na maioria das vezes, não é possível enxergar a instauração de um “nós”, e sim a relação com eles/você/vocês, como no trecho “[...] a demagogia da classe política que precisa respeitar você, eleitor”. Outra forma de o candidato instituir essa relação com o povo é introduzindo uma cidade personificada, que clama por alguém que a administre: “Porto Velho não aguenta mais isso! Porto Velho está pedindo uma nova forma de administrar!”.

Ainda que prevaleça, na enunciação de Dr. Hildon, a separação entre o eu e a população a ser governada, há algumas ocorrências de primeira pessoa do plural que configuram certa aproximação entre as instâncias que a princípio se diferenciavam. Tal aproximação ocorre, por exemplo, a partir daquilo que se sustenta como uma evidência compartilhada, produzindo-se o efeito de “colocar-se no lugar do povo”, como no trecho:

⁶ Fonte: <http://hildonchaves.com/sobre-hildon-chaves/>. Acesso em 04 jul. 2022.

“Candidato Mauro, *nós sabemos que* a questão da acessibilidade em Porto Velho é um drama enorme, é um drama tremendo”. Ainda em relação a ocorrências de primeira pessoa do plural, pôde-se encontrar enunciados em que há uma oscilação (linguisticamente marcada, em alguns casos) entre “nós” e “eles”:

- a) Em “Porto Velho não aguenta mais isso! Nós temos que mudar”, tem-se, primeiro, a cidade personificada em terceira pessoa, para depois instaurar-se um “nós”, que pode ser lido, inclusive, como expressão que retoma a própria cidade de Porto Velho, em um amálgama governante + população.
- b) Em “Candidato, eu me sinto, como cidadão, envergonhado de ter uma pessoa com essa ficha criminal, com essa folha corrida, debatendo propostas aqui para a população de Porto Velho”, tem-se, primeiro, o enunciador que se equipara, em primeira pessoa, ao cidadão, para em seguida reinscrever a população como instância a ser atendida.
- c) Em “Aliás, acessibilidade é um descaso absoluto aqui na nossa cidade de Porto Velho. Nós precisamos dar atenção a essas pessoas, nós precisamos respeitar essas pessoas”, a expressão “nossa cidade”, investida de um tom aproximativo, contrasta com o “nós” que aparece logo na sequência. Esse “nós” não se configura como eu + população, e sim algo como eu + equipe administrativa, ou simplesmente o governo; já a população (“essas pessoas”) marca-se novamente como conjunto a ser atendido, objeto do verbo na segunda e na terceira orações do trecho.

Conforme adiantamos, o candidato, apesar de não ser porto-velhense nato, mora no estado de Rondônia há bastante tempo, e isso acaba emergindo como uma espécie de comprovação de seu vínculo com a localidade: [...] você que tá me ouvindo neste momento, você que me conhece, que moro em Porto Velho há dezoito anos, exerci a função de promotor de justiça por vinte e um anos, entrei de cabeça erguida e saí de cabeça erguida”. Esse é um trecho das considerações finais e que, no contexto do debate, acaba respondendo a algumas acusações de outros candidatos, que ao longo das participações, sugeriram ou afirmaram o não conhecimento de Dr. Hildon acerca da cidade. Embora o candidato, em suas palavras finais, ancore-se nessa condição de morador da cidade há décadas, o que predomina em suas participações nos outros blocos é a constituição da imagem de administrador, e isso se estabelece, majoritariamente, das seguintes maneiras:

- a) Em referências explícitas à necessidade de uma gestão “profissional”, liderada por um administrador experiente: “O que falta é capacidade de administrar, capacidade de gerenciar. Alguém que saiba atender as demandas da população”; “É preciso profissionalizar essa gestão”; “O problema da limpeza pública, candidato, é mais um caso típico de ineficiência administrativa”.

- b) A partir da aderência ao mundo ético do empreendedorismo e da administração, marcada, dentre outras coisas, por expressões que grifamos a seguir: “Qualquer *empreendedor* que pretenda vir se instalar em Porto Velho, ele é penalizado pelas *dificuldades burocráticas* colocadas pela prefeitura”; “Apresentei desde o início dessa campanha a *solução* para esse problema”; “Eu vou fazer um *trabalho em parceria* com vocês [servidores públicos]”; “Em primeiro lugar, candidato, *realizar um amplo diagnóstico* nas unidades de saúde”.

Outro elemento que corrobora a legitimação do enunciador como “o mais preparado” reside na desqualificação de alguns adversários, valendo-se de um suposto maior domínio da norma culta da língua portuguesa. No trecho a seguir, o candidato rebate uma fala de Roberto Sobrinho, do PT: “Candidato, lhe falta preparo pra estar aqui. Só pra lhe ajudar um pouco mais. Não é Uso Campeão, é Usucapião, campeão é de campeonato”.

Antes de prosseguirmos com a análise, consideramos importante uma pausa para o seguinte questionamento: como a valorização da imagem de administrador, de gestor profissional, relaciona-se com o aspecto gentílico, foco deste artigo? Poder-se-ia, inclusive, perguntar: há alguma relação possível? Argumentamos que, mesmo de maneira indireta, o esvaziamento de uma identificação mais “afetiva”, por assim dizer, com a localidade acaba por convocar a necessidade da ênfase em um *ethos* “distanciado”, mas, ao mesmo tempo, que se apoia em atributos positivos (competência, experiência, responsabilidade, profissionalismo), alinhados, não por acaso, à figura de administrador que emerge na enunciação de Dr. Hildon. Em um panorama mais amplo, funciona também a perspectiva de que aquele que migra para Rondônia, longe de ser “aventureiro”, pelo contrário, traz desenvolvimento para a região. Nesse sentido, não haveria a necessidade de se identificar como porto-velhense, de pertencer ao local; o atributo principal consistiria em estar capacitado, preparado, para que Porto Velho seja atendida da maneira mais profissional possível.

Outra forma de minimizar um suposto não pertencimento à identidade local é realizando uma correspondência entre as conjunturas regional e nacional. O trecho a seguir é muito significativo, pois, por meio de uma retificação – que interrompe a complementação verbal –, o candidato acaba erigindo uma confluência entre Porto Velho e Brasil: “A população de Porto Velho está exigindo... a população do Brasil, na verdade [...]”. Além desse paralelo, outras falas do político também retratam Porto Velho na comparação com outras cidades, corroborando que o fundamental é administrar bem, conhecer os dados e os mecanismos para solucionar os problemas, qualquer que seja o local

a ser governado: “Porto Velho é a capital brasileira com o menor índice de cobertura de tratamento de água e esgoto”. Em outro momento, uma visão “de fora” chega a ser explicitamente evocada: “Se falarmos isso pra alguém de fora de Rondônia, que a prefeitura de Porto Velho cobra compensações dos empreendedores, vão achar que nós estamos mentindo”. Tem-se um movimento que se apresenta como uma visada holística e, de certa maneira, não localizada, que transcende a fronteiras entre municípios e estados, tratando da administração mais como competência do que como traço de uma identidade local.

O candidato Léo Moraes, do PTB, nasceu em Foz do Iguaçu – PR em 1984. Apesar de sua biografia no sítio eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia⁷ não indicar o ano exato de sua chegada no estado, algumas de suas falas durante os debates (como a de que estudou na Escola Padrão) permitem a interpretação de que o político tem uma história com o local desde a infância/adolescência. Além de se valer recorrentemente da primeira pessoa do plural quando se refere à cidade e aos habitantes⁸, o político fala, inclusive, em “minha cidade”, reforçando esse efeito de pertencimento ao local: “Gostaria primeiramente de agradecer a Deus pela oportunidade que me foi conferida em *ser candidato da minha cidade*”. Há, também, ocorrências de “a gente”, como em: “Padronização de calçadas, acessibilidade, pontos de ônibus... *a gente fica com o sol na moleira* hoje em dia, ou então é com lama no joelho”. Esse uso se dá em um enunciado no qual se encena uma fala mais popular, reafirmando a proximidade com o povo e o conhecimento sobre os seus problemas.

A população aparece, em alguns momentos, referida em terceira pessoa; no entanto, pode-se notar certas singularidades nessas ocorrências, em comparação com o que observamos acerca desse uso anteriormente. Consideremos este exemplo: “Candidato, é bem sabido que *a população* anda um tanto quanto desanimada, *ela* anda um tanto decepcionada e por que não dizer indignada com a política, com seus representantes. Muitas vezes se sente, inclusive, distante da própria classe política”. No trecho, apesar da terceira pessoa, o político enuncia como se conhecesse, no âmago, os sentimentos – desânimo, decepção etc. – do cidadão. Fala-se, assim, de uma instância coletiva que, em vez de se distinguir do “eu”, engloba-o, reforçando o efeito de sentir-se parte do conjunto. Tal relação peculiar entre a primeira e a terceira pessoa se sintetiza no trecho: “*Não sou eu quem tô*

⁷ Fonte: <https://sapl.al.ro.leg.br/parlamentar/247>. Acesso em 04 jul. 2022.

⁸ Alguns trechos em que isso ocorre: “[...] vai abarcar cerca de quarenta bairros da *nossa capital* e ele tinha no bojo principal, o início desse projeto, era pra contemplar 100% da *nossa cidade*. Por falta de gestão, por falta de competência e eficiência, que é chegar no resultado final com qualidade, *nós já perdemos* uma boa parte [...]”.

falando, é a população, com 70% de índice de rejeição”. Marca-se justamente a voz “da população”, sobrepujando qualquer individualidade, inclusive a do político, que, colocando-se como parte do todo, cede a palavra a essa instância coletiva. Em paralelo, é paulatinamente instaurada uma relação em que o indivíduo-candidato permite-se representar esse conjunto: “Eu me preparei cada segundo da minha vida pra estar aqui com vocês e bem *representá-los*”. Ao se estabelecer um vínculo de representação – e não de administração, por exemplo –, suscita-se uma suposta diferença em relação a alguns dos adversários, visto que para representar seria necessário fazer parte do conjunto, algo que encontra ressonância nas afirmações do enunciador sobre a “sua” cidade.

Ainda em relação à terceira pessoa, consideramos pertinentes os dois trechos a seguir: “*As pessoas estão urrando, clamando*, e nós sabemos que quem tem doença, quem tem enfermidade, tem pressa”; “*Isso que dói na alma*, porque a pessoa precisa, está enferma”. Ao mesmo tempo em que entra em cena uma instância sobre a qual se fala – as pessoas, a pessoa –, não equivalente ao “eu” da enunciação, constitui-se uma aproximação com esse outro por meio de um tom emocional. “Urrar” e “clamar” (em vez de “pedir”, por exemplo) alinham-se a esse modo de enunciação; ainda que sejam verbos que se relacionem no trecho à terceira pessoa, é como se o “eu” também clamasse, urrasse, através do conjunto. A “alma” não está acompanhada por um pronome possessivo que a especifique; de certa maneira, essa não definição alarga seu escopo, possibilitando a interpretação de que é a “minha”, mas também a “sua”, ou melhor, a “nossa” alma.

A participação de Léo Moraes no debate é repleta de elementos que cumprem a função de legitimar o conhecimento do enunciador sobre o município. No trecho a seguir, isso se dá a partir da afirmação explícita desse conhecimento: “Candidato, é de cortar o coração, a população sabe do que eu tô falando. Nós vamos às praças, aos parques, nós temos apenas matagal, local propício pra imperar a marginalidade, inclusive criadouros de doenças infectocontagiosas. Essa é a nossa realidade. É impossível imaginar, coisa que *eu vivo e eu conheço a realidade de Porto Velho...* não temos mais os campeonatos interbairros como nós tínhamos antigamente”. Além da parte em itálico, essa fala sintetiza muitas das características anteriormente citadas, como o tom emocional (“é de cortar o coração”) e a primeira pessoa do plural para a qual convergem político e população. Pode-se observar também elementos que se repetem em outros trechos, como a imagem do político que

efetivamente pisa nos lugares da cidade (“nós vamos às praças”)⁹; e uma forma de referência ao passado que soa como se as memórias da infância/adolescência na cidade fossem ativadas (“não temos mais os campeonatos interbairros como nós tínhamos antigamente”).

Essa constituição do *ethos* do habitante de fato, aquele que circula nos espaços sociais e conhece as especificidades locais, é reforçada pela recorrência de topônimos, em trechos como: “No que tange à cultura, apresentei uma emenda pra realização do Flor do Maracujá, se não nem iria ter. E outra, temos que estabelecer calendário fixo aqui em Porto Velho, temos que ter um espaço modal, multieventos, *ali na praça do skate*, por exemplo, *na Guaporé com a Vieira Caúla*, é um espaço subutilizado”; “Nós temos que abrir as creches que até hoje estão fechadas, *lá do Três Marias*, por exemplo”. A referência toponímica é recorrente em vários candidatos que participaram do debate; a maneira como isso ocorre na enunciação de Léo Moraes, no entanto, traz particularidades pertinentes à análise. Mais do que mencionar nomes de ruas, refere-se a um cruzamento (Guaporé com Vieira Caúla), o que supõe um grau de detalhamento que valoriza ainda mais o conhecimento que o político reivindica para si. A menção à “praça do skate” também é bastante significativa, pois, ao assumir o modo como a comunidade se refere ao lugar (e não o topônimo oficial Skate Parque), possibilita um efeito de proximidade com as coisas da terra. Destaca-se, além disso, as locuções adverbiais iniciadas por “lá do [...]” e “ali na [...]”, que também transcendem à simples menção dos topônimos, na medida em que esse modo de enunciar parece supor um enunciatário que reconhece nitidamente as indicações espaciais em questão, como se moradores do município estivessem conversando sobre lugares que bem conhecem. Um último ponto a destacar, ainda que não se trate de um topônimo, é a referência ao Arraial Flor do Maracujá, evento folclórico tradicional que ocorre anualmente em Porto Velho; trata-se de outro elemento que ajuda a validar o *ethos* gentílico do enunciador.

No segundo turno, a enunciação de Léo Moraes, assim como no debate de primeiro turno, se caracteriza pela autoafirmação da identidade porto-velhense e por outros elementos que corroboram a imagem de um político que pertence efetivamente à população cuja cidade será administrada. Apontamos, a seguir, de forma sintética, alguns desses elementos:

⁹ Outros trechos em que isso se observa: “*Fui até a CAERD*, estava em vias de perder essa licitação [...]”; “*Tem mato largado por tudo que é canto*, não padroniza calçada, não sabe o que acontece em Porto Velho, candidato”;

- a) Recorrência da primeira pessoa, tanto do singular¹⁰, como do plural¹¹, ao se referir à cidade e à população. Em um dos trechos trazidos como exemplo, incita-se o cidadão a “incorporar o porto-velhense”, e podemos estabelecer uma relação justamente com a noção de incorporação teorizada por Dominique Maingueneau, na medida em que não basta o enunciador afirmar seu *ethos* gentílico, sendo necessário a comunidade aderir a um modo de ser que se alinhe a essa identidade.
- b) Lembranças de um passado na cidade¹². Ao se referir à escola em que estudou, o enunciador afirma ser uma “questão de honra” revitalizá-la, o que suscita um tipo de vínculo umbilical, que transcende a uma relação meramente administrativa.
- c) Estabelecimento de um vínculo afetivo com o município e com a comunidade porto-velhense¹³. O efeito de proximidade pode ser observado desde os vocativos, como em “Meus amigos”, até modos de enunciar que convocam a expressão dos afetos, como “tudo que nós sonhamos”, “é uma felicidade muito grande” e “vou dar meu sangue”. Vale destacar o recurso ao *ethos* dito, que curiosamente, parece querer dizer mais sobre o adversário; afirmações como “eu não sou um personagem” ou “eu tenho de onde justificar essa humildade, essa simplicidade”, no contexto do debate, soam como insinuações sobre o candidato Dr. Hildon. Atestar para si uma origem humilde é outra forma de corroborar a proximidade com a grande maioria do povo; nas palavras do candidato, o “pé no chão, suor, olho no olho e aperto de mão”.
- d) Legitimação do estatuto de cidadão que conhece a cidade (e que a cidade conhece). Tal aspecto se constitui tanto por meio da afirmação explícita – por exemplo, em “conheço cada passo dessa cidade, cada metro da minha região” e “todos me conhece” –, quanto pelo mostrar-se conhecedor ao se referir a aspectos da economia local (“o extrativismo do babaçu”) e a ações supostamente cotidianas entre os habitantes da região, designadas a partir de expressões populares: “Eu sou daqui, amo essa terra. Tomei já *funça de vaca*, é... *água de cacimba*, *empinei papagaio*”.

¹⁰ “Respeito essa instituição renomada e de alta credibilidade. Ministério Público faz o seu trabalho e eu faço o meu, política, que alcança milhares de pessoas *na minha cidade de Porto Velho* como eu tenho feito no decorrer desses anos”.

¹¹ “[...] pra que eles deixam de ser pessoas invisíveis e incorporem o porto-velhense que quer ter oportunidade de viver dias melhores e que nós faremos como referência *na nossa Amazônia a nossa capital do estado de Rondônia*”; “E também *nós* sabemos que as demandas reprimidas, as ações judicializadas muitas vezes o cidadão, a pessoa, o porto-velhense, ele procura, lógico, o município [...]. *Nós sabemos* muito bem disso”.

¹² “Tempo integral tem que ser mais de sete horas, com aulas de reforço, cultura, fanfarra, esportes e também nós vamos reconstruir *a escola Padrão, local na qual eu tive aula* e é questão de honra que nós vamos colocar ela pra funcionar, pra melhorar o índice do IDEB”; “[...] vou fazer o melhor pela cidade de Porto Velho, a cidade que me viu crescer e que certamente vai me ver morrer a muitos anos”.

¹³ “Dessa forma, nós vamos ter *tudo que nós sonhamos* em Porto Velho. Quem conhece muito bem sabe o que eu estou falando, candidato”; “Eu gostaria de agradecer imensamente a Deus, pela oportunidade de tá aqui, pela sabedoria que tem me concedido nesse momento tão importante, a todos vocês que, *pé no chão, suor, olho no olho e aperto de mão*, me colocaram aqui”; “Dizer que *é uma felicidade muito grande reviver a minha infância, passar por lugares que eu conheço desde que eu me entendo por gente*, encontrar pessoas de bem, e dizer a todos vocês que a nossa campanha é muito mais humilde. É assim, com muito orgulho, porque eu tenho da onde justificar essa humildade, essa simplicidade”.

- e) Recorrência de topônimos¹⁴. Além das questões já apontadas no debate do primeiro turno – por exemplo, as locuções iniciadas por advérbios de lugar (“ali na frente do Flamboyant”), que pressupõem um enunciatário também conhecedor do espaço a que o enunciador se refere –, destacamos, nos trechos aqui trazidos, os nomes de lugares turísticos e/ou ligados à história do município (Praça das Caixas D’Água, Estrada de Ferro Madeira-Mamoré), que fortalecem a constituição de uma identidade regional. O fragmento “fica próximo à UNIRON” é também bastante pertinente, tendo em vista que, de forma semelhante a “ali no...”, essa maneira de introduzir o topônimo acaba pressupondo o conhecimento de tal localização. Em outras palavras, pode-se dizer que o enunciador fala como se estivesse conversando efetivamente com seus conterrâneos; seu adversário, por outro lado, é trazido à cena como uma espécie de visitante que vai ser apresentado à cidade: “o candidato não sabe, mas eu oportunizo ele”.

Além das características apontadas e exemplificadas acima, há, na enunciação de Léo Moraes ao longo do debate do segundo turno, uma presença constante da contraposição a Dr. Hildon a partir da acusação de que ele seria um candidato “aventureiro” ou, ainda, “paraquedista”, como ocorre no fragmento que se segue: “Nós temos uma riqueza que só quem conhece essa cidade pode explicar aos outros, e não *paraquedista*, e não *aventureiro*, porque nós temos muito mais do que o senhor pensa de riqueza, pertencimento e festas folclóricas e fanfarras”. Para além da simples acusação, há diversos outros elementos que atuam constituindo esse anti-*ethos* e, por conseguinte, reforçando a imagem de portovelhense reivindicada pelo enunciador. Algo que muito se repete é a afirmação categórica de que Dr. Hildon não conhece a cidade¹⁵. Em algumas das falas, é observado, inclusive, um tom jocoso (“GPS que quer colocar no ônibus, tem que colocar primeiro no seu carro pra cê chegar em casa”) e irônico (“tomara que o senhor dessa vez o senhor conheça”) que permeia a acusação. Há momentos em que Léo Moraes não apenas afirma que Dr. Hildon não conhece Porto Velho, como também insinua (e, em alguns casos, diz explicitamente) que seu oponente sequer mora em Porto Velho¹⁶; e isso pode se relacionar a uma dada

¹⁴ “[...] nós temos grandes gargalos, a exemplo da *zona Leste, da zona Sul, ali da Geraldo Siqueira, também da União*”; “[...] não tem adutora lá no reservatório dos nossos lagos e também do *nosso Rio Madeira*”; “[...] nós temos que integrar mobilidade urbana, melhor infraestrutura, candidato, de modo que o morador do *Ulisses* tenha um terminal de integração e que possa ir até a *Estrada de Ferro Madeira-Mamoré*, onde nós iremos ter guarda municipal [...]”.

¹⁵ “Pelo amor de Deus, candidato, o que o senhor tá fazendo aqui, *não conhece Porto Velho*, tenha seriedade com a coisa pública. [...] *O senhor nem conhece os distritos da nossa cidade*”; “Nunca... *sequer conhece Porto Velho*, se deixar o candidato aqui, na SIC TV, na Rio Madeira, sem o apoio de um GPS que quer colocar no ônibus, tem que colocar primeiro no seu carro pra cê chegar em casa, candidato”; “*Cara de pau é o senhor que chegou um dia desse como aventureiro e quer tomar conta da nossa cidade. Não sabe nem por onde andar, candidato*”.

¹⁶ “Seu candidato, vamos acordar, *nós moramos em Porto Velho, nós vivemos na capital de Rondônia*. [...] *Sou daqui com muito orgulho, vivo Porto Velho e Porto Velho vive em mim. Essa é a nossa diferença, candidato*”; “O senhor não sabe, porque *não mora em Porto Velho, mora no Rio de Janeiro*”.

interpretação sobre o estatuto de Dr. Hildon não apenas como cidadão proveniente de outro estado, mas também como empresário cujos negócios ultrapassam as fronteiras da cidade (e, por isso, estaria supostamente viajando com frequência).

Um reforço para a acusação de que o adversário não conhece a cidade consiste em apontar a não consideração de especificidades locais. O seguinte trecho é bastante pertinente em relação a essa questão: “*Parece que vem lá de orientação nacional do seu partido. Sempre a mesma coisa, dizendo que eu distorço as palavras*”; “*Turismo em Porto Velho se faz dessa maneira, fomenta, gera emprego, gera renda*”. Além de enunciar como alguém que estaria apresentando a cidade a um visitante, ensinando como as coisas funcionam, Léo Moraes, ao se referir à “orientação nacional” do partido de Dr. Hildon, sugere a insuficiência de uma proposta de governo que, sob a égide de uma técnica de administração aplicável nos quatro cantos do país, não olhe para as particularidades regionais.

Ainda em se tratando da contraposição ao anti-*ethos*, o seguinte trecho é significativo: “Nós precisamos fazer *o porto-velhense, que o senhor não conhece, porque o senhor não é porto-velhense, não se sente porto-velhense*, ir até os distritos do baixo Madeira, onde tem uma riqueza cultural muito grande, de artesanato, *um pertencimento que eu sei o que é*”. Moraes, conforme explicitamos, não é nascido em Porto Velho; porém, sua enunciação realiza uma equivalência entre o “ser” e o “sentir-se” porto-velhense, em que a segunda opção torna-se suficiente para a afirmação da primeira. Dessa forma, o suposto problema de Dr. Hildon não estaria relacionado ao local de nascimento, e sim ao não estabelecimento de um vínculo afetivo que gera pertencimento com o município.

Se o carro-chefe, por assim dizer, do *ethos* de Dr. Hildon é a legitimação da figura de gestor competente, tal aspecto não passa ileso a uma determinada leitura negativa nas falas de Léo Moraes. O que emerge, como um simulacro da imagem de empreendedor bem-sucedido, é a representação do empresário que apenas aproveita os recursos e as oportunidades locais, direcionando as receitas para fora da cidade. Nas palavras de Moraes: “[...] tenho experiência de gestão, sou mestrando também em administração pública, diferente de *outros candidatos que ganham dinheiro fácil às custas do suor e do sangue da população de Porto Velho*”. Mais do que um ataque ao adversário, uma fala como essa convoca um mecanismo de defesa das coisas da terra diante do migrante “explorador”. O trecho a seguir é uma acusação ainda mais direta, visto que o enunciador se refere à educação a distância, ramo em que seu adversário atua como empresário: “Você não

conhece a realidade de Porto Velho, como é que vai falar de educação. A sua educação, nos seus bens milionários, ele vem com videoaula, a distância, investe pouco em Porto Velho”. Como se nota, o próprio fato de haver ensino a distância em faculdades administradas por Dr. Hildon acaba se configurando como pretexto para que se reforce um suposto distanciamento desse candidato em relação à cidade. A constituição do *ethos* de Léo Moraes, quando focalizamos o predicado gentílico, mostra-se, portanto, inseparável da produção de um anti-*ethos* para seu adversário, movimento este que é caracterizado justamente pelas relações de pertencimento afirmadas ou denegadas na enunciação.

É fundamental considerarmos, por fim, a maneira como Dr. Hildon responde às acusações de seu oponente no segundo turno. Deve-se ressaltar que, em uma cena genérica como a do debate, entra em funcionamento um *ethos* que não se caracteriza como “monologal” (Maingueneau, 2020). Em outras palavras, a troca de turnos e a dinâmica dialogal engendram uma constante renegociação dos *ethé* que vão sendo constituídos; diferentemente, por exemplo, de um vídeo de campanha, em que a cenografia é relativamente mais controlável.

O primeiro movimento que destacamos consiste em referir-se explicitamente à acusação para então desmenti-la e transfigurá-la em algo louvável: “Quando o senhor fala que eu sou aventureiro, eu emprego 80 pessoas em Porto Velho e é lícito que todo cidadão venha para a política”. O anti-*ethos* de “aventureiro”, portanto, é substituído pela reivindicação de um espírito empreendedor, para o qual é perfeitamente válido ir atrás das oportunidades onde quer que elas estejam. No trecho, o candidato ainda desloca o sentido de “aventureiro em Porto Velho” para “aventureiro na política” – ainda que Léo Moraes pareça não se referir a isso –, valendo-se do argumento de que todo cidadão tem o direito de entrar na política. No próximo fragmento, esse deslocamento torna-se ainda mais manifesto: “A nossa candidatura não é uma aventura. Apenas eu nunca fui político e hoje estou iniciando uma carreira política a convite do nosso partido, do PSDB, e confesso que estou muito feliz com a experiência, principalmente com a receptividade das pessoas, das crianças, da forma como tenho sido recebido em todos os cantos da nossa cidade, nas ruas, nas empresas, nas casas das pessoas”. É importante lembrar que, especialmente, desde o ano de 2013, vinha crescendo no Brasil um sentimento anti-política (visto nas manifestações ditas apartidárias, por exemplo). Afirmar que chegou na política há pouco tempo, dessa forma, é bastante oportuno, na medida em que o candidato pode atribuir a si a imagem de *outsider*, alguém que já contribuiu com a economia a partir de seus

empreendimentos e que, agora, pretende expandir essa contribuição a outros níveis. Como se observa, a ressignificação do “aventureiro” da acusação de Léo Moraes (ou seja, o “aventureiro” como um forasteiro) para o “aventureiro na política” torna-se bastante vantajosa.

Como forma de desmentir as acusações de que não mora em Porto Velho, o candidato Dr. Hildon também justifica suas relações externas, e essa acaba sendo uma oportunidade para que ele exponha o sucesso de seus empreendimentos: “E era uma empresa cujo objeto, cuja pretensão, era que fosse de âmbito nacional e por isso a sede na cidade do Rio de Janeiro”; “E não tenho várias empresas no Rio de Janeiro, minhas empresas estão em Rondônia, no Acre e no Mato Grosso, gerando emprego e renda”. A atuação interestadual, traduzida por Léo Moraes como uma “ausência”, é convocada por Dr. Hildon a constituir mais um argumento em direção à imagem de empreendedor bem-sucedido, arrojado. Como síntese, pode-se concluir que, da pecha de “paraquedista”, ressurgiu-se, nesse movimento de defesa, como desbravador de fronteiras.

Conforme já informado, Dr. Hildon chegou em Rondônia no início dos anos 1990. À época, ele havia tomado posse como promotor de justiça, iniciando sua atuação no município de Vilhena¹⁷. Tendo isso em vista, outra forma de o candidato se contrapor às acusações de Moraes é referindo-se a um passado que comprovaria sua história/vivência na cidade (ou no estado): “Eu quando detectava o problema eu ia pra dentro do hospital. Eu fui pra dentro do João Paulo Segundo, eu fui pra dentro do Hospital de Base, eu conheci a realidade das UPAs e tentando entender e identificar os problemas e propor soluções”; “E na época que fui promotor de justiça de defesa da saúde, é... ao invés de ficar no gabinete, eu reuni numa operação formidável, uma operação guerra contra a dengue, reuni a Polícia Militar, o Exército brasileiro, os nossos agentes comunitários de saúde, os nossos agentes da vigilância sanitária e numa grande operação percorremos a pé diversos bairros de Porto Velho”. No primeiro trecho, vale destacar o recurso aos topônimos (não tão recorrente no restante das falas do candidato, se comparado ao seu adversário), além da insistência no “ir para dentro” dos locais em que estão as questões a serem resolvidas; em outras palavras, a atuação “fora do gabinete”, o “percorrer a pé”. Embora o enunciador esteja rememorando, especificamente, a sua atuação como promotor de justiça, a constituição da imagem de gestor competente não deixa de ressoar em seu modo de enunciação – “identificar os

¹⁷ Fonte: <https://www.portovelho.ro.gov.br/artigo/22645/o-prefeito>. Acesso em 12 nov. 2022.

problemas e propor soluções” –, sendo essa a característica que atravessa todo o processo de produção do *ethos* de Dr. Hildon nos debates aqui considerados.

Considerações finais

O grande mote deste artigo, no que concerne à sua possível contribuição teórica, reside na especificidade de predicados gentílicos do *ethos*. Articulada às dimensões inicialmente estabelecidas por Maingueneau (2018; 2020), e vinculada mais diretamente à dimensão categorial, a subdimensão gentílica teria como peculiaridade uma maior aderência à constatação de dados preexistentes. Dito de outra maneira, não seria possível ser “mais” ou “menos” porto-velhense na mesma medida em que se poderia ser “mais” ou “menos” benevolente, visto que o próprio registro civil atua como uma espécie de elemento comprobatório aparentemente definitivo do ser ou não porto-velhense; por sua vez, a benevolência poderá ser também associada a uma representação prévia do enunciador, mas não a partir de algo como um documento, como seria o caso do nascimento. É possível dizer que há, assim, relações distintas com aquilo que Maingueneau chama de “pré-discursivo”. Isso não significa, por outro lado, que predicados gentílicos reduzem-se ao vínculo de nascimento; como temos reforçado, o efeito de pertencimento ao local é legitimado por meio da enunciação de variadas maneiras, o que possibilita que um candidato se identifique como porto-velhense, por exemplo, mesmo que não tenha nascido no município.

Na seara dos predicados gentílicos, como o “*ethos* (de) porto-velhense”, funciona, também, a relação com a dimensão experiencial (em outras análises, identificamos, por exemplo, a “coragem”, a “humildade” e a “simplicidade” sendo associadas à essência do porto-velhense). Entretanto, diante da especificidade da subdimensão gentílica, “falar como rondoniense” poderia não funcionar como condição suficiente no processo de legitimação do *ethos*, na medida em que a questão do registro civil é frequentemente posta em cena. Quando se afirma que um adversário político não é “sequer rondoniense” para representar o povo, é justamente a comprovação por meio do factual que se reivindica. O *ethos* relacionado a um predicado gentílico pressupõe, com regularidade, uma espécie de prova externa à enunciação. Um dos efeitos desse funcionamento é uma significativa recorrência do *ethos* dito (“Eu sou porto-velhense nato”), visto que ele supostamente recairia sobre o dado, fundamentado por uma autenticidade aparentemente indiscutível. Uma afirmação

análoga, mas relacionada a um atributo da dimensão experiencial (“sou sincero”, “sou amoroso” etc.), poderia soar arrogante, estando constantemente sujeita à prova pelo *ethos* mostrado e correndo o risco de serem recebidas como meras autoavaliações subjetivas.

Na parte final da seção teórica deste artigo, levantamos hipóteses sobre alguns aspectos que caracterizariam o funcionamento dos predicados gentílicos do *ethos*. Retornemos, então, a elas, a fim de relacioná-las ao que observamos no decorrer das análises:

- a) *A proeminência da topografia na constituição da cena enunciativa.* Nos debates, esse aspecto ganha materialidade, sobretudo, a partir das referências toponímicas a bairros, distritos, praças etc. Em alguns casos, a cenografia pressupõe um enunciatário também conhecedor dos locais referidos (“ali na frente do Flamboyant”) a partir da forma como o topônimo é introduzido.
- b) *A instauração de uma dêixis espacial que opõe um “dentro” e um “fora”.* Tendo em vista a composição demográfica da cidade de Porto Velho, a formação de uma identidade local tem suas fronteiras muito fluidas, permitindo a um candidato, por exemplo, valorizar sua condição enquanto vindo “de fora”: os “pioneiros”, os “desbravadores”. Por parte dos candidatos que reivindicam para si o pertencimento à localidade, a rejeição em relação ao “de fora” se efetiva, por exemplo, a partir da leitura do Outro como “aventureiro”, “forasteiro”. Já candidatos como Hildon Chaves, que se apoiam no estatuto de administrador, mantêm uma relação diferente com o espaço local: Porto Velho e Rondônia são apresentados na enunciação como parte do Brasil e, portanto, locais sujeitos à aplicação de técnicas de gestão já testadas em âmbito nacional; o “dentro”, dessa forma, torna-se um pedaço do Brasil como um todo, não mais lido como um “fora” absoluto. O funcionamento de representações que sustentam, por um lado, a figura do “forasteiro” e, por outro lado, a do “desbravador” aponta para a especificidade sócio-histórica dos discursos, os quais não podem ser concebidos, sob a perspectiva teórica em que este trabalho se inscreve, como desassociados de uma conjuntura na qual determinados posicionamentos entram em concorrência.
- c) *A presença de índices de alocação que engendram o funcionamento de um “nós” inclusivo em referência aos que se identificam a dada localidade.* O modo como os enunciadores instauram determinada relação com o enunciatário nos debates é algo bastante significativo, principalmente, levando-se em consideração os fiadores que sustentam a legitimidade de cada discurso. Enquanto no *ethos* que se apoia no vínculo afetivo com a cidade verifica-se a predominância de um nós inclusivo (candidato + população), no *ethos* do administrador, a regularidade é outra: institui-se a separação entre um eu (candidato) e um outro (população a ser atendida).
- d) Especificamente no âmbito de um objeto como o desta pesquisa, *o não nascimento em uma cidade ou estado sendo assumido sob uma perspectiva de compensação.* Foi possível observar facetas dessa compensação: o conhecer “na prática”, algo que independeria do nascimento ou não na cidade; o conhecer técnico-administrativo,

vinculado à figura do gestor; e, inclusive, um movimento de explicitar lado a lado as afirmações sobre a origem e sobre a chegada na cidade/estado, o que pode produzir o efeito de uma fala genuína, que não tem receio de assumir esse vir de fora, afiançando-se em uma longa história no local.

Ainda que as análises não apontem para uma relação necessária entre o *ethos* de identificação ao local e algum predicado da dimensão ideológica – ao menos, o que se costuma delimitar enquanto posicionamentos do campo político (esquerda, direita etc.) –, não podemos afirmar que é ausente, no objeto analisado, o vínculo entre imagem de enunciador e formação discursiva, primordial para o estabelecimento de uma teorização sobre o *ethos* no âmbito da Análise do Discurso. Levando-se em consideração o embate que se trava, na cena enunciativa, entre “porto-velhenses” e “forasteiros” (ou “desbravadores”, se a migração para o local é assumida de maneira positiva), entre os “conhecedores na prática” e os “conhecedores da técnica”, dentre outras oposições – a maioria delas recorrendo a predicados da dimensão categorial –, a constituição de posicionamentos no campo político não deixa de se fazer presente, sobretudo, caso não se reduza os predicados da dimensão ideológica a duas ou três alternativas possíveis. A relação entre *ethos* e formação discursiva pode ser salientada, além disso, a partir da própria singularidade histórica que possibilita a oposição, no campo político, entre os “daqui” e os “de fora”, o que reforça a pertinência de termos trazido à tona, logo na introdução deste texto, alguns aspectos do movimento migratório para o estado de Rondônia.

Referências

- AMOSSY, Ruth. *A argumentação no discurso*. São Paulo: Contexto, 2018.
- ARISTÓTELES. *Retórica*. São Paulo: Rideel, 2007.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do *ethos*. In: MOTTA, Anna Rachel; SALGADO, Luciana. *Ethos discursivo*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015, p. 11-29.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Ethos, cenografia, incorporação*. In: AMOSSY, Ruth (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 69-92.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes, 1997, p. 45-52.

MAINGUENEAU, Dominique. Retorno crítico à noção de ethos. *Letras de Hoje*, v. 53, n. 3, 2018, p. 321-330.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. *Variações sobre o ethos*. São Paulo, Parábola, 2020.

MENDES, Maria das Dores. *A construção identitária regional pelas topografias discursivas das canções do “Pessoal do Ceará”*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

MOTA, Ilka de Oliveira; GINACH, Erich Lie. “Aqui em Rondônia é assim”: representações imaginárias em memes cômicos sobre os rondonienses. *Revista Rua*, n. 23, v. 2, 2017, p. 203-220.

PORTO VELHO. *Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho-RO*. Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão. Porto Velho, 2018.